A EFETIVIDADE DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: DESAFIOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Autor(res)

Roni Santana Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE MARABÁ

Introdução

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil é um tema central, apoiado por um sólido marco legal, com destaque para a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Essa legislação estabelece a obrigação do Estado em garantir o acesso a direitos essenciais nas esferas social, educacional e laboral. Contudo, esta pesquisa identifica um profundo descompasso entre a lei e a realidade prática, onde os indivíduos com TEA e suas famílias enfrentam barreiras significativas de ordem institucional e social.

No âmbito educacional, a inclusão é frequentemente superficial, devido à insuficiência na formação de professores e à resistência cultural, resultando em práticas pedagógicas inadequadas. No mercado de trabalho, a ausência de estruturas de acolhimento e adaptação nas empresas limita a inserção digna e permanente desses indivíduos. A análise do Poder Judiciário revela a gravidade desse cenário, visto que famílias recorrem à justiça para assegurar direitos que deveriam ser garantidos pela administração pública.

Diante disso, o estudo propõe-se a compreender a efetividade da legislação — especificamente a LBI — e os desafios de sua aplicação. A questão norteadora é: Quais são as principais barreiras enfrentadas e quais práticas podem ser implementadas para superá-las?

A relevância deste trabalho reside na urgência de evidenciar a disparidade entre o previsto em lei e o vivenciado. Ao analisar criticamente a eficácia da norma jurídica e os obstáculos práticos, a pesquisa visa contribuir para a revisão e o aprimoramento das políticas públicas, promovendo uma inclusão genuína e sustentável. As contribuições são direcionadas à academia, sociedade e profissionais, fomentando um debate essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Objetivo

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a efetividade da legislação brasileira, especialmente da Lei Brasileira de Inclusão, no que diz respeito aos direitos das pessoas com TEA, e analisar os desafios enfrentados na aplicação desses direitos nos contextos social, educacional e laboral.

Material e Métodos

A metodologia adotada é uma Revisão Bibliográfica com abordagem qualitativa e descritiva, visando compilar e analisar a produção acadêmica sobre os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. O estudo concentrou-se na análise de conteúdo das literaturas das áreas de educação, saúde e legislação. O período de referência foi de dez anos (2014 a 2024), garantindo a atualidade dos dados. A busca por fontes foi realizada em bases de dados científicas reconhecidas, como Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES.
A pesquisa incluiu publicações completas (livros, artigos científicos, dissertações e teses) nos idiomas português e inglês que abordassem diretamente a inclusão, os direitos e as políticas públicas relativas ao TEA. Foram excluídos resumos, artigos de opinião, cartas editoriais e publicações sem análise original de dados, ou aquelas sem rigor metodológico adequado ou não disponíveis na íntegra.
Os descritores utilizados nas buscas incluíram termos como "Transtorno do Espectro Autista", "inclusão escolar", "Lei Brasileira de Inclusão", "autismo e mercado de trabalho" e "políticas públicas para TEA", combinados com operadores booleanos ("E" e "OU") para refinar os resultados. O objetivo da revisão foi identificar lacunas, mapear tendências e reunir experiências sobre a inclusão, ampliando a compreensão sobre as barreiras para a efetivação dos direitos do TEA no cenário brasileiro.

Resultados e Discussão

A análise dos 22 artigos que compõem o corpus desta Revisão Bibliográfica confirmou o descompasso significativo entre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a experiência prática de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. Os resultados foram sistematizados em torno das principais esferas de vida, revelando barreiras sistêmicas e indicando práticas promissoras.

As Fragilidades das Políticas Públicas

Os estudos analisados apontaram que, apesar do robusto marco legal, a efetividade das políticas públicas para o TEA é consistentemente limitada. A principal falha reside na fragmentação das ações governamentais e na ausência de integração intersetorial entre saúde, educação e assistência social (Barbosa & Oliveira, Dias, Hardoim & Arruda). Historicamente, o Brasil apresenta atraso na formulação de políticas específicas, o que amplia a lacuna na proteção de direitos. A literatura sugere que o fortalecimento da intersetorialidade e a adoção de indicadores claros são essenciais para traduzir os avanços legais em benefícios concretos para as famílias.

O Desafio Crítico da Educação Inclusiva

A inclusão educacional emergiu como a área mais crítica. O aumento no número de matrículas de alunos com TEA em escolas regulares não tem sido acompanhado pela garantia de uma inclusão efetiva. Os entraves são claros: a falta de formação docente específica, a resistência cultural de algumas instituições e a manutenção de práticas pedagógicas insuficientes resultam em uma escolarização parcial e superficial (Cabral & Marin, Vicari & Rahme). Em contraste, as práticas promissoras destacadas incluem a implementação de Planos Educacionais Individualizados (PEI), o uso de metodologias ativas e tecnologias assistivas, e o fortalecimento da parceria indispensável entre família e escola.

Inserção Laboral e Barreiras no Trabalho

No campo da inserção laboral, as dificuldades são igualmente proeminentes. A pesquisa indica que as empresas

brasileiras, em sua maioria, não estão preparadas para acolher pessoas com TEA, evidenciando a falta de adaptações estruturais, a ausência de políticas afirmativas consistentes e a persistência do estigma social. As condições precárias de trabalho, notadamente em modelos flexíveis, também impactam negativamente essa população. Embora existam avanços, como programas de inserção apoiada e treinamento multiprofissional, estes ainda não superam as barreiras estruturais que limitam o acesso a ambientes de trabalho dignos.

A Judicialização como Indicador de Falha

O conjunto de artigos analisados reforça a distância entre a norma jurídica e sua aplicação prática. A frequência com que famílias precisam recorrer ao Poder Judiciário para garantir direitos que já estão previstos em lei (Simini & Sala) revela um fenômeno de judicialização constante. Este recurso, embora demonstre a importância do Judiciário como instância protetora, é um sintoma da fragilidade do poder público na execução eficaz das políticas, indicando a necessidade urgente de revisão e fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e recursos.

Síntese: O Descompasso entre Direito Formal e Material

Em síntese, as principais barreiras identificadas são a fragmentação e a falta de intersetorialidade das políticas; a falta de preparo profissional e a resistência cultural em ambientes de ensino; e a ausência de ambientes de trabalho adaptados. Em contrapartida, as práticas promissoras sugerem a via da individualização (PEI), o uso de tecnologia, a intersetorialidade e a conscientização social. Os resultados finais confirmam que a LBI é um avanço normativo, mas sua efetividade real está aquém do esperado, evidenciando o descompasso entre o direito formal e o direito material vivenciado cotidianamente pelas pessoas com TEA no Brasil.

Conclusão

A pesquisa alcançou seu objetivo de compreender a efetividade da legislação brasileira, em especial da Lei Brasileira de Inclusão, no que diz respeito aos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conclui-se que a legislação vigente representa um avanço normativo significativo, mas sua aplicação prática ainda é insuficiente, sendo necessárias estratégias como planos educacionais individualizados, metodologias ativas, políticas intersetoriais e maior sensibilização das empresas para promover uma inclusão efetiva e sustentável.

Referências

BARBOSA, R.; OLIVEIRA, F. Transtorno do espectro autista (TEA): linhas de cuidado e políticas públicas no Brasil. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.56238/ciemedsaudetrans-044.

BARROS, J.; FIGUEIRA, M. Famílias azuis: ação pública pela política do transtorno do espectro autista (TEA). Cuadernos De Educación Y Desarrollo, v. 15, n. 5, p. 4397-4417, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.55905/cuadv15n5-027.

DIAS, C.; HARDOIM, E.; ARRUDA, R. Espaços formativos e de integração de saberes no contexto da educação inclusiva: contribuições para a escolarização de estudantes com transtorno do espectro autista. Revista Exitus, v. 13, e023051, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.24065/2237-9460.2023v13n1id2174.

MAHS, D.; LOPES, C. Pedagogia e inclusão: histórico das políticas públicas para transtorno do espectro autista (TEA) no Brasil. Revista Educação Científica, v. 3, n. 6, p. 680-698, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.46616/rce.v3i6.81.

OLIVEIRA, B. et al. Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. Physis Revista

De Saúde Coletiva, v. 27, n. 3, p. 707-726, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000300017.
SIMINI, D.; SALA, J. Direitos das pessoas com deficiência: uma análise das recomendações feitas ao estado brasileiro pelo comitê CRPD/ONU. Revista De Estudos Internacionais, v. 14, n. 2, p. 109-129, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.29327/2293200.14.2-6.
Inclusão Educacional e Práticas Pedagógicas
AGUIAR, L. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista no âmbito do ensino infantil em Porto Velho. RJA, v. 1, n. 1, p. 158-181, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.63043/rja.v1i1.66.
CABRAL, C.; MARIN, A. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. Educação Em Revista, v. 33, 0, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698142079.